



GT 67. Povos indígenas e abordagens transversais: etnologia, história e arqueologia

Coordenador(es):

Vicente Cretton Pereira (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Sessão 1

Debatedor/a: Rafael Fernandes Mendes Júnior (BN)

Sessão 2

Debatedor/a: Fabíola Andréa Silva (USP - Universidade de São Paulo)

O objetivo deste GT é reunir pesquisadores cujos trabalhos explorem a transversalidade entre a antropologia, história e arqueologia relacionada aos povos ameríndios, a fim de iniciar uma discussão sobre novos paradigmas analíticos possíveis em função dos avanços registrados na pesquisa nas duas últimas décadas. Por exemplo, as relações entre os diversos povos indígenas amazônicos e seus padrões da borracha no século XIX, ou entre os grupos guarani e as missões jesuíticas e franciscanas entre os séculos XVI e XIX apontam para a relevância da história para o debate sobre as transformações pelas quais passaram esses e outros grupos ameríndios. A crítica etnográfica de fontes históricas tem trazido à tona dados preciosos acerca de muitos contextos americanos, permitindo reconstruir, ainda que parcialmente, determinadas realidades sociais – bem como repensar as realidades presentes vividas por esses indígenas. Além da antropologia e da história, trabalhos recentes em arqueologia têm contribuído decisivamente para uma maior compreensão de tais realidades, seja desvelando o caráter antropogênico da floresta amazônica por exemplo, ou ainda desenvolvendo uma perspectiva antineolítica para esta região, diferenciando as trajetórias dos povos ameríndios e as dos povos do velho mundo, permitindo vislumbrar traços do que seria uma História Antiga da América.

Mitologias indígenas ameríndias na centralidade dos estudos decoloniais

Autoria: Clovis Antonio Brighenti (UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana)

A presente proposta parte da necessidade de pensar as mitologias indígenas na centralidade dos estudos decoloniais. As novas abordagens das teorias decoloniais a partir das perspectivas dos povos indígenas, seus saberes, suas práticas, seus sistemas de vida, relações socioeconômicas e com o meio ambiente, possuem um potencial de gerar novas relações e produzir novos saberes. Os estudos decoloniais ganharam importante espaço nas produções acadêmicas nas últimas décadas, estabelecendo novas e profundas viradas epistêmicas ao criticar profundamente a colonialidade do poder, do saber e do Ser. São produções que questionam a dominação colonial e propõem uma nova forma de pensar e de relacionar-se a partir de novos lugares e de outros valores, rompendo com a dominação histórica e o racismo epistêmico. Os saberes dos povos indígenas são centrais nesse processo, porque além da rica diversidade estão ancorados em experiências milenares, que se formaram a partir das próprias ciências nativas, de experimentos e vivências com o ambiente latino-americano. Ao longo da história dos últimos 528 anos da invasão Ibérica no continente, os saberes dos povos originários não foram considerados, exceto aqueles usurpados para serem transformados em mercadoria. Ocorreu o processo que o professor Boaventura de Sousa Santos definiu como epistemicídio, ou seja, tentativas de eliminação e substituição dos saberes nativos. Apesar da violência histórica, os povos originários resistiram. As mitologias indígenas revelam o grande desafio de conhecer a



Reunião Brasileira de Antropologia

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

história e os saberes desses povos, são elas os fios condutores do novo. Enfim, são temas que partem do pressuposto da interculturalidade e interdisciplinaridade não apenas nas áreas da antropologia e história, mas nas diversas áreas do conhecimento.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: